

A POSIÇÃO DA CAN EUROPE SOBRE REDUZIR A PROCURA DE ENERGIA A METADE E ATINGIR 100% DE ENERGIAS RENOVÁVEIS ATÉ 2040

Documento de Posição



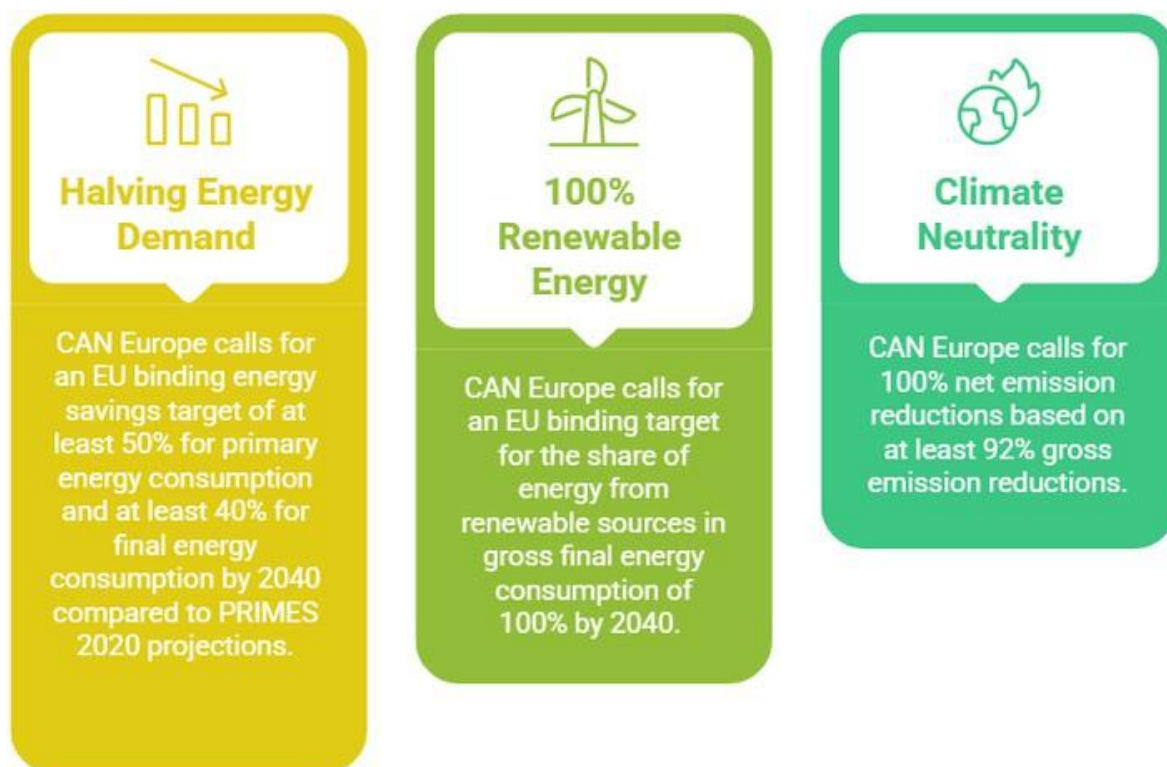
Março 2025

Recomendações de políticas

A CAN Europe apela à União Europeia e aos seus Estados-Membros para que:

- Fortalecer a implementação da Diretiva de Eficiência Energética (em inglês “EED”: *Energy Efficiency Directive*) de 2023 para ir além do mínimo: as contribuições nacionais e as medidas de economia de energia precisam superar a atual meta de eficiência energética da UE para 2030 para atingir pelo menos 20% de economia de energia até 2030.
- Reconhecer os múltiplos benefícios da eficiência energética e da suficiência energética e garantir que ambos sejam parte integrante da redução da procura de energia na UE.
- Garantir acesso confiável e acessível a serviços de energia para todos, com medidas de eficiência energética, beneficiando especialmente aqueles que vivem em pobreza energética, ao mesmo tempo, combatendo o consumo excessivo de energia dos segmentos mais ricos da sociedade.
- Acompanhar a continuação do Regulamento do Conselho 2022/1369, que solicita aos Estados-Membros uma redução obrigatória do seu consumo de gás num mínimo de 20%, em comparação com os níveis anteriores, através de medidas estruturais, como a mudança de eletrificação produzida, com base em combustível de gás fóssil para baseada em energias renováveis.
- Concretizar uma implementação ambiciosa da Diretiva de Desempenho Energético de Edifícios (em inglês “EPBD”: *Energy Performance of Buildings Directive*) para ir além do mínimo, tirando partido dos vínculos com EED e RED, ao mesmo tempo em que garante que uma regulamentação forte (ou seja, Padrões Mínimos de Desempenho Energético) para desencadear mais e mais profundas renovações energéticas seja associada a uma estrutura facilitadora adequada e inclusiva.
- Garantir uma implementação rápida, robusta e ambiciosa da Diretiva de Energias Renováveis (em inglês “RED III”: *Renewable Energy Directive III*) com um apoio ativo aos Estados-Membros da UE para ultrapassar a meta vinculativa de 2030, para até 50% em 2030, indo além dos requisitos mínimos de sustentabilidade da Diretiva para bioenergia e permitindo redes de distribuição adequadas e com visão de futuro e planos colaboração ambiciosos, em conformidade com o Acordo de Paris e a Lei Europeia do Clima, ao mesmo tempo que coloca as pessoas e a natureza no centro da transição energética.
- Garantir a coerência entre as políticas de biodiversidade e energia renovável da EU, promovendo uma expansão de energias renováveis inclusivas da natureza, em consonância com os objetivos de proteção e restauração da biodiversidade da UE, como na Lei de Restauração da Natureza.

- Adotar uma meta vinculativa da UE de economia de energia de pelo menos 50% para o consumo de energia primária e de pelo menos 40% para o consumo de energia final até 2040 (em comparação com as projeções do PRIMES 2020). A meta vinculativa da UE deve ser complementada com metas nacionais vinculativas para 2040.
- Estabelecer uma meta intermediária de economia de energia para 2035, que seja vinculativa para a UE, e uma trajetória e objetivos lineares vinculativos entre 2030 e 2040. A meta para 2035 deve ser definida em, pelo menos, 40% de economia de energia para o consumo de energia primária e, pelo menos, 30% de economia de energia para o consumo de energia final (em comparação com as projeções do PRIMES 2020).
- Adotar uma meta vinculativa da UE para as energias renováveis de 100% até 2040, com uma meta intermédia de 76% para 2035 e medidas vinculativas para atingir as metas da forma mais sustentável e eficiente, maximizando simultaneamente as sinergias com a proteção e restauração da natureza e reforçando a participação dos cidadãos e da comunidade e a partilha de benefícios.



- Fortalecer os critérios de sustentabilidade existentes para bioenergia para garantir que apenas resíduos de rápida decomposição e resíduos sem outros usos sejam incentivados e que a bioenergia, portanto, proporcione economias significativas de gases de efeito estufa em curto prazo, em comparação aos combustíveis fósseis.
- **Acabar com os subsídios e o financiamento público para novos empreendimentos hidroelétricos** na Europa. O financiamento público para a energia hidroelétrica deve ser redirecionado para a recuperação ecológica de centrais existentes, a fim de reduzir o seu impacto na biodiversidade.
- **Uma implementação robusta da Diretiva para o Design do Mercado de Eletricidade (EMD) e do Regulamento sobre Redes Transeuropeias de Energia (RTE-E) para permitir uma infraestrutura energética 100% FER**, melhorando as redes, aumentando o armazenamento, a flexibilidade do lado da procura e melhorando a integração do sistema e a flexibilidade da rede.
- **Mobilizar financiamento adicional para a transição energética**, aumentando o financiamento disponível nos instrumentos orçamentários da UE, redirecionando rubricas orçamentárias prejudiciais para investimentos em transição energética nos orçamentos nacionais, bem como uma regulamentação financeira mais rigorosa para garantir que o capital privado contribua para as metas de transição energética. De fato, apesar da mobilização significativa de fundos da UE e de financiamento público e privado, ainda existem **lacunas significativas de investimento** para atingir tanto as metas atuais da UE quanto as taxas de implementação do cenário PAC.

INTRODUÇÃO

O mundo e a Europa são fortemente impactados pelas mudanças climáticas. Ondas de calor invulgares, secas, precipitação recorde, inundações, tempestades e incêndios florestais tiveram efeitos devastadores sobre as pessoas e os ecossistemas, a economia e a segurança. Sem uma ação climática urgente, seremos ainda mais severamente impactados nos próximos anos e décadas. O [Sexto Relatório de Avaliação do IPCC](#) mostra que, com o agravamento do aquecimento global, os riscos de danos irreversíveis aumentam e os impactos das mudanças climáticas e as perdas e danos relacionados se intensificarão.

Diante dessa ameaça das mudanças climáticas, a CAN Europe espera que a UE e os países europeus deem prioridade a ações climáticas urgentes e implementem a aspiração do Acordo de Paris de limitar o aumento da temperatura a 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais. Isso também está em linha com as recentes iterações da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CQNUAC). O Conselho Consultivo Científico Europeu sobre Mudanças Climáticas (CCEAC) ¹ sublinhou a necessidade de a UE acelerar a ação climática a curto e longo prazo, a fim de alcançar um caminho consistente com o limite de 1,5 °C.

Reduzir a procura de energia pela metade e atingir 100% de energias renováveis até 2040, bem como a eliminação gradual dos combustíveis fósseis², são essenciais para que o sistema energético da União Europeia (UE) se alinhe às metas do Acordo de Paris. A implementação plena e reforçada da Diretiva de Eficiência Energética (EED), da Diretiva de Desempenho Energético dos Edifícios (EPBD) ³ e da Diretiva de Energias Renováveis (RED), bem como a superação significativa das metas energéticas atualmente estabelecidas para 2030, são essenciais, inclusive para a trajetória além de 2030.

O cenário energético compatível com o Acordo de Paris (PAC) da CAN Europe mostra como um sistema energético totalmente renovável e eficiente pode ser alcançado e como metas energéticas mais ambiciosas para 2030 e 2040 podem ser alcançadas. O [resumo executivo do cenário PAC](#) fornece informações detalhadas sobre as premissas de procura e oferta de energia, bem como estilos de vida sustentáveis. O [relatório completo do PAC](#) detalha o caminho para todos os 27 Estados-Membros da UE e para a EU, a nível agregado.

1. ESABCC (2023). [Scientific advice for the determination of an EU-wide 2040 climate target and a greenhouse gas budget for 2030-2050](#).

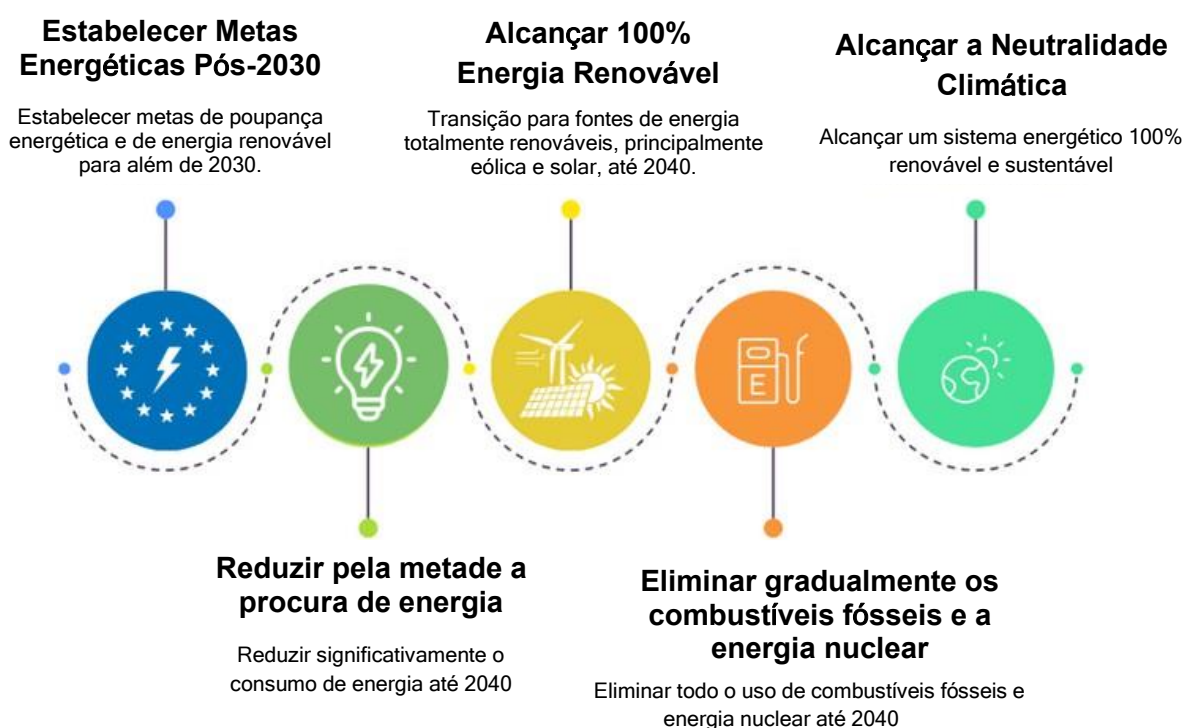
2. A CAN Europe apela à UE para que elimine gradualmente o carvão até 2030 e o gás fóssil até 2035. A eliminação gradual dos combustíveis fósseis e o aumento das energias renováveis também conduzirão a uma maior eficiência energética, com impacto especial no consumo de energia primária.

3. O setor da construção é um setor particularmente relevante a abordar, uma vez que representa quase metade (+40%) da procura energética de toda a União Europeia.

ACCELERAR RUMO AO LÍQUIDO ZERO ATÉ 2040: AÇÕES MAIS FORTES, METAS AMBICIOSAS

A CAN Europe apela à UE para que lidere o caminho na luta global contra as alterações climáticas, agindo em conformidade com o objetivo de temperatura de 1,5 °C do Acordo de Paris e de acordo com os princípios de equidade, tendo em conta a sua responsabilidade histórica e capacidade de agir.

Para se alinhar com o limite de 1,5 °C do Acordo de Paris, a UE precisa reduzir as suas emissões nacionais de gases com efeito de estufa em, pelo menos, 65% de reduções brutas, em comparação com os níveis de 1990 até 2030, com um máximo de 1758 MtCO₂e de emissões brutas no ano de 2030; equivalente a, pelo menos, 76% de reduções líquidas de emissões até 2030⁴. Até 2040, o mais tardar, a UE deve atingir emissões líquidas nulas de gases com efeito de estufa (reduções líquidas de emissões de 100%), com base em, pelo menos, 92% de reduções brutas de emissões, com um máximo de 419 MtCO₂e de emissões brutas no ano de 2040. Além disso, para se alinhar com os prazos de 5 anos acordados a nível da UNFCCC, a UE deve estabelecer uma meta climática para 2035 e uma Contribuição Nacional Determinada de, pelo menos, 82% de reduções brutas (94% líquidas) de emissões em relação a 1990, com um máximo de 900 MtCO₂e de emissões brutas no ano de 2035. O setor energético é responsável pela maioria das emissões de gases com efeito de estufa causadores das alterações climáticas na Europa. É, portanto, fundamental que a UE desenvolva um caminho ambicioso para descarbonizar rapidamente o seu sistema energético de forma sustentável.



4. Ver CAN Europe (2024), "[CAN Europe's position on EU climate targets and an equitable greenhouse gas emission budget for the EU](#)"

REDUZIR A PROCURA DE ENERGIA PELA METADE ATÉ 2040

Para garantir uma transição energética socialmente justa na Europa, a redução intencional da procura de energia deve ser central nas políticas e nas medidas e ferramentas de implementação. O pleno aproveitamento do potencial de poupança de energia na Europa pode trazer [benefícios](#) importantes, como a contribuição para o combate à pobreza energética, a segurança e a proteção energética por meio da redução da dependência de importações de energia, a criação de empregos, a melhoria da saúde, a redução da poluição e das emissões de gases de efeito estufa e a redução das contas de energia.⁵

A eficiência energética e a implementação sistemática do princípio da Eficiência Energética em Primeiro Lugar, que conduz à poupança de energia, são cruciais para reduzir a procura de energia em todos os setores. A eficiência energética também precisa de andar de mãos dadas com a eletrificação,⁶ uma vez que uma maior redução da procura de energia através, por exemplo, da eficiência energética significa que menos energia precisa de ser eletrificada, enquanto que, em muitos aspetos, a eletrificação da indústria engloba a eficiência energética e pode ajudar a reduzir o consumo de energia. Além disso, a suficiência energética – com a plena participação dos cidadãos – precisa de ser parte integrante da redução da procura de energia na UE. Muitos co-benefícios sociais decorrem de medidas de suficiência energética, incluindo para a qualidade do ar, saúde pública, poupança de custos e equidade, ao mesmo tempo que reduz a necessidade de ocupação do solo e materiais críticos, levando a uma menor pressão sobre a biodiversidade e apoiando a adaptação climática através da prevenção de alterações no uso do solo.

Para respeitar a equidade global, a UE precisa estar na vanguarda da redução da procura de energia em comparação com os países do Sul Global. A redução da procura de energia precisa de garantir acesso confiável e acessível aos serviços de energia para todos, especialmente para os mais vulneráveis, com medidas de eficiência energética que beneficiem prioritariamente aqueles que vivem em pobreza energética, ao mesmo tempo em que combatem o consumo excessivo de energia dos segmentos mais ricos da sociedade. Nesse sentido, uma medida como a renovação de edifícios também melhora essencialmente os níveis de conforto e o padrão de vida, além de levar a uma maior eficiência energética.

5. Ver CAN Europe (2024). [Paris Pact Payoff](#).

6. Ver CAN Europe (2024): [100% RES-based electrification The Electrification Action Plan Civil Society Wants to See](#). Relatório de Dezembro de 2024.

Ação antes de 2030 é decisiva para ficar abaixo de 1,5°C

A quantidade exata de redução da procura de energia da UE ao longo desta e da próxima década tem de estar alinhada com o objetivo do Acordo de Paris de limitar o aumento da temperatura global a 1,5 °C até o final do século. Em primeiro lugar, ultrapassar a meta de eficiência energética da UE para 2030 e atingir pelo menos 20% de economia de energia em comparação com as projeções do PRIMES 2020⁷ ajudará a colocar a UE num caminho mais seguro para alcançar a neutralidade climática até 2040 e demonstrou ser viável no cenário PAC da CAN Europe.⁸ A atual meta de eficiência energética da UE para 2030 de, pelo menos, 11,7% em comparação com as projeções do PRIMES 2020 não se alinha com as metas do Acordo de Paris e não realiza todo o potencial de economia de energia e os múltiplos benefícios socioeconómicos que a acompanham.

A ação a curto prazo que conduza a poupanças de energia bem antes de 2030 é fundamental para manter viva a possibilidade de permanecer abaixo do limite de 1,5 °C e o sucesso de uma abordagem prospetiva à poupança de energia está enraizado no presente.

Portanto, tanto a implementação da Diretiva Eficiência Energética (EED) quanto a da Diretiva de Desempenho Energético dos Edifícios (EPBD) têm de ir muito além do mínimo para atingir os objetivos do Acordo de Paris e estar em conformidade com o cenário do PAC. Para uma implementação adequada da EED, consistente com a ciência, a UE precisa monitorizar e apoiar os Estados-Membros da UE na definição de medidas ousadas de eficiência e suficiência energéticas. Medidas ambiciosas precisam de superar as contribuições nacionais para superar a meta de eficiência energética da UE para 2030, tanto para o consumo de energia primária, quanto final, em conformidade com as metas do Acordo de Paris. As obrigações de prestação de contas precisam de ser levadas a sério e, caso as medidas sejam insuficientes, o Mecanismo de Preenchimento da Lacuna de Entrega⁹ da EED precisa de ser rigorosamente aplicado e estendido ao consumo de energia primária (o que significa que os Estados-Membros precisarão de implementar medidas adicionais para retomar o caminho certo). Em última análise, os procedimentos de infração podem ajudar a garantir que a EED seja transposta e implementada de forma correta.

7. O Cenário de Referência PRIMES 2020 projeta o impacto das tendências e políticas macroeconómicas, de preços de combustíveis e tecnológicas na evolução do sistema energético da UE, nos transportes e nas suas emissões de gases com efeito de estufa. Reflete as políticas e tendências de mercado utilizadas pelos decisores políticos, como base para a conceção de políticas que possam colmatar a lacuna entre a situação da política energética e climática da UE nesse ano e a sua perspetiva a médio e longo prazo, nomeadamente em 2030 e 2050. O relatório do Cenário de Referência da UE PRIMES 2020 pode ser encontrado no seguinte link: <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/96c2ca82-e85e-11eb-93a8-01aa75ed71a1/language-en>

8. O relatório PAC também descreve as etapas metodológicas, ferramentas e premissas para atingir pelo menos 20% de poupança de energia.

9. Ver Artigo 4º, parágrafo 6 na Diretiva Eficiência Energética de 2023

Para facilitar a implementação da EED e o alcance das metas de eficiência energética, bem como para aumentar a segurança energética e reduzir os preços da energia, os governos devem prolongar as medidas de redução da procura de gás¹⁰ implementadas durante a crise energética, reduzindo assim o consumo de gás e desencorajando o investimento em alternativas falsas e custosas, como tecnologias nucleares ou de captura de carbono. Uma grande ambição na EPBD pode apoiar o cumprimento das metas/objetivos da EED, enquanto, por outro lado, uma aplicação forte da EED pode apoiar uma melhor implementação da EPBD, visto que a EED pode funcionar como uma força motriz para mais economia de energia e ambição. Uma implementação reforçada da EPBD deve explorar ainda mais as ligações entre a renovação energética de edifícios, a acessibilidade da habitação, a circularidade dos materiais, a suficiência e o combate à pobreza energética.

Instrumentos regulatórios como os Padrões Mínimos de Desempenho Energético para edifícios não residenciais, mas também como a principal medida (que prioriza o equipamento com pior desempenho) para atingir as trajetórias e metas do setor residencial, precisam de ser conjugados com uma estrutura de apoio sólida (financiamento, assistência técnica e social e salvaguardas sociais) e devem permanecer na base de uma transição ambiciosa e socialmente justa do setor da construção. O objetivo é atingir uma taxa de renovação profunda de 3% ao ano até 2030, priorizando edifícios com finalidade social, para garantir que o setor da construção contribua para a consecução dos objetivos do Acordo de Paris. A UE também deve garantir que as receitas do Fundo Social para o Clima e do ETS2 sejam bem utilizadas para medidas de eficiência energética em famílias vulneráveis, incluindo para a renovação de edifícios com objetivos sociais.

Garantir uma meta ambiciosa e vinculativa de poupança energética da UE para 2040

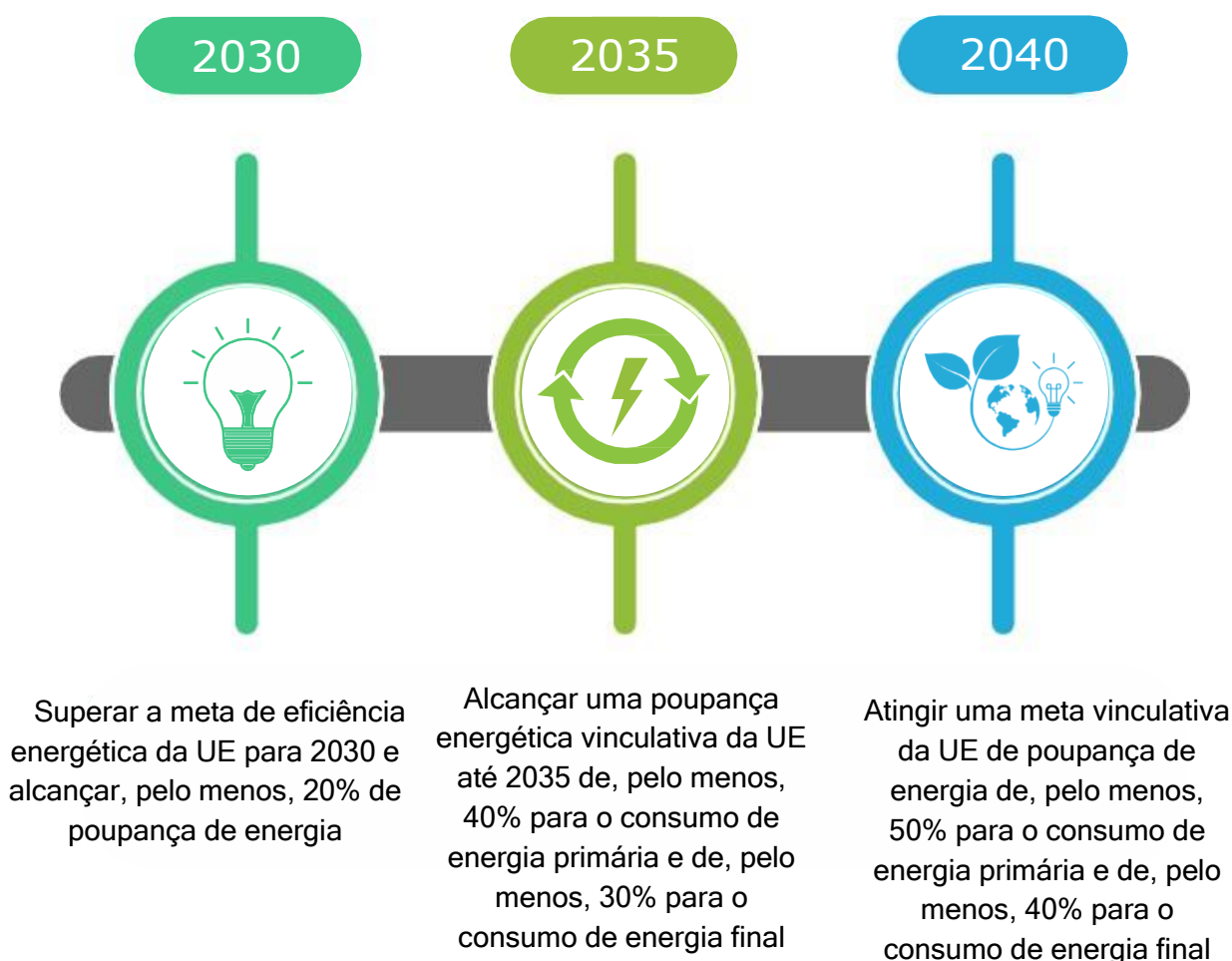
No atual quadro energético da UE, não existe uma meta global definida para a UE reduzir o consumo de energia para energia final e primária para além de 2030, o que seria necessário para sustentar e atingir a meta climática de 2040. Uma meta vinculativa e ambiciosa de poupança de energia da UE para 2040 para o consumo de energia primária e final pode ajudar a impulsionar as poupanças de energia e dar segurança ao investimento a longo prazo. Uma meta para 2040 que conduza à redução da procura de energia é necessária, não só para atingir zero líquido até 2040, mas também como uma solução duradoura para a volatilidade dos preços da energia, como um facilitador para a transição energética baseada em energias renováveis, para reduzir custos, aumentar a competitividade e beneficiar os mais vulneráveis através da redução das faturas de energia e da redução da pobreza energética.

10. Durante a crise energética, os Estados-Membros da UE introduziram o Regulamento do Conselho [2022/1369](#), com o objetivo voluntário de reduzir a procura de gás em 15%. Os governos superaram essa meta e alcançaram cortes de quase [20%](#) na procura de gás entre os níveis pré-crise, em 2021, e dezembro de 2023.

Além disso, a meta de poupança de energia para 2040 tem de estar alinhada com as metas do Acordo de Paris. As projeções da UE para a redução da procura final de energia até 2040, de acordo com a Avaliação de Impacto da Meta Climática para 2040, mostram que atingir a [meta climática de 2040](#) exigiria uma meta definida para o consumo de energia. No entanto, as projeções atualmente carecem do nível de ambição necessário¹¹. Porém, o cenário do PAC mostra que um nível maior de ambição é possível e traria múltiplos benefícios.

A CAN Europe apela à redução para metade da procura de energia até 2040. Isto traduz-se numa meta vinculativa da UE de poupança de energia de, pelo menos, 50% para o consumo de energia primária e de, pelo menos, 40% para o consumo de energia final até 2040, em comparação com as projeções do PRIMES 2020.¹²

O caminho da poupança de energia da UE rumo à neutralidade climática até 2040



11. Diferentes projeções nas avaliações de impacto da meta climática para 2040 preveem 622 Mtep (Cenário 1), 614 Mtep (Cenário 2) e um máximo de 604 Mtep (Cenário 3) para o consumo final de energia até 2040.

12. As projeções atuais do Cenário de Referência da UE PRIMES 2020 constituem a base para a atual meta de eficiência energética da UE para 2030, tanto para o consumo de energia primária quanto para o consumo final. Em comparação com as projeções do PRIMES 2020, o cenário PAC demonstrou ser viável alcançar, pelo menos, 51% de poupança de energia para o consumo de energia primária e, pelo menos, 43% para o consumo final até 2040. O cenário PAC mostra como um nível de consumo de energia de 460 Mtep para o consumo final e cerca de 491 Mtep para o consumo primário em 2040 pode ser alcançado.

Porque precisamos de uma meta vinculativa de poupança de energia para 2040

1

É necessária uma meta vinculativa de poupança de energia da UE para 2040, para continuar a impulsionar ações de poupança de energia, que levam a reduções significativas de gases de efeito estufa e são necessárias para alcançar a neutralidade climática até 2040.

2

Permitirá mudanças estruturais, como transferências modais no transporte e descarbonização da indústria, proporcionando uma redução duradoura na procura de energia.

3

Uma meta de poupança de energia para 2040 ajudará a reduzir a dependência das importações de energia, incluindo combustíveis fósseis, e contribuirá para a segurança energética na Europa.

4

A eficiência energética e a poupança de energia, em geral, trazem muitos benefícios para a indústria. Uma meta de poupança de energia para 2040 dará segurança aos investimentos a longo prazo e pode ser uma solução duradoura para a volatilidade dos preços. Também reduz custos e pode aumentar a competitividade.

5

Uma meta de poupança de energia da UE para 2040, que leve à redução da procura de energia, pode melhorar a qualidade de vida e a saúde dos cidadãos, reduzir as contas de energia e ajudar a aliviar a pobreza energética, trazendo, portanto, benefícios às pessoas, incluindo as mais vulneráveis.

6

Uma meta de poupança de energia da UE para 2040 demonstra um compromisso político coletivo de todos os Estados-Membros, levando a esforços mais colaborativos e coordenados, no que diz respeito à redução do consumo geral de energia da UE.

7

Uma meta de poupança de energia para 2040 também impacta outras metas. Com um compromisso vinculativo de redução do consumo de energia primária, as necessidades de investimento em energia renovável e infraestrutura de rede elétrica diminuem significativamente, facilitando o alcance de metas relacionadas.

8

Isso também desencorajaria os governos a investir em alternativas falsas e caras, como a tecnologia nuclear ou de captura de carbono (CSS), já que não haverá necessidade devido à redução da procura de energia e das emissões.

9

Para uma implementação eficaz da política da UE, uma meta vinculativa de poupança de energia para 2040 constituiria um ponto final coletivo claro para os Planos Nacionais de Energia e Clima 2031-2040, que os Estados-Membros devem começar a preparar em 2027.

Para garantir um progresso estável na economia de energia ao longo dos anos, uma trajetória e objetivos vinculativos lineares, incluindo uma meta de médio prazo em 2035, são úteis. Uma meta de médio prazo para 2035 está alinhada com a nova Contribuição Nacional Determinada para 2035 e com os prazos comuns de 5 anos acordados no âmbito da UNFCCC, e reconhece o facto de um ciclo de 10 anos para uma meta de poupança de energia ser muito curto para corrigir efetivamente os caminhos, se necessário, e priorizar ações de curto prazo. A meta vinculativa de médio prazo da UE para 2035 em termos de poupança de energia deve ser fixada em, pelo menos, 40% para o consumo de energia primária e, pelo menos, 30% para o consumo de energia final, em comparação com as projeções do PRIMES 2020.¹³

Economizar energia em todos os setores e garantir estilos de vida sustentáveis

Este nível de ambição ao longo dos anos exige uma redução da procura de energia em todos os setores através de poupanças de energia, incluindo através da eficiência energética, e de medidas de suficiência nos 27 Estados-Membros da UE. Três quartos dos edifícios existentes precisam de ser renovados entre agora e 2050, com uma taxa anual de renovação profunda de edifícios de 3% a partir de 2030. Os combustíveis fósseis precisam de ser gradualmente eliminados dos edifícios até 2040, a favor de bombas de calor baseadas em energias renováveis, energia solar térmica e redes de aquecimento urbano que utilizem fontes renováveis. No setor dos transportes¹⁴, as transferências modais, acompanhadas de uma rápida transição para veículos elétricos mais eficientes e leves, precisam de acontecer e, a partir de 2030, todos os novos veículos precisam de ser elétricos, promovendo simultaneamente estratégias/programas de partilha de automóveis que conduzam a frotas mais pequenas¹⁵, satisfazendo as exigências dos cidadãos, especialmente nas zonas rurais. A indústria precisa de adotar um ecodesign mais adequado, mais sustentável e com menos materiais, eletrodomésticos mais eficientes e investir em processos industriais eletrificados de baixa temperatura, reservando o hidrogénio (que deve ser baseado em energias renováveis) apenas para a indústria de difícil eletrificação. A poupança de energia por meio de estilos de vida sustentáveis pode ser garantida, por exemplo, por meio de mais ciclismo, caminhadas e transporte público, menos viagens aéreas, uma mudança para modelos de negócios circulares e uma economia de partilha¹⁶ para bens.

Por meio do uso de Balcões Únicos locais, assembleias de cidadãos, iniciativas energéticas lideradas pela comunidade local e comunidades de energia, os cidadãos devem envolver-se ativamente no desenvolvimento e na propriedade conjuntos dessas soluções climáticas e energéticas. Isso aumentará a aceitação social e, ao mesmo tempo, a ambição geral.

13. O nível de ambição proposto para a meta de poupança de energia de médio prazo para 2035 é baseado no cenário PAC. Uma poupança de energia de, pelo menos, 33% em 2035, em comparação com as projeções do PRIMES 2020, está em linha com o cenário. O cenário PAC 2.0 prevê um nível de consumo de energia de cerca de 558 Mtep para o consumo final de energia e 604 Mtep para o consumo primário de energia para 2035, o mais próximo

possível.

14. Mais informações sobre o que precisaria acontecer no setor de transportes podem ser encontradas no [relatório completo do PAC](#), por exemplo nas páginas 52, 53, 64, 65 e 66.

15. Frotas menores e um setor de transportes muito mais eficiente podem reduzir significativamente a procura de energia e de matérias-primas críticas.

16. A economia de partilha é um modelo económico peer-to-peer. Facilita a aquisição, o fornecimento ou a partilha de acesso a bens e serviços.

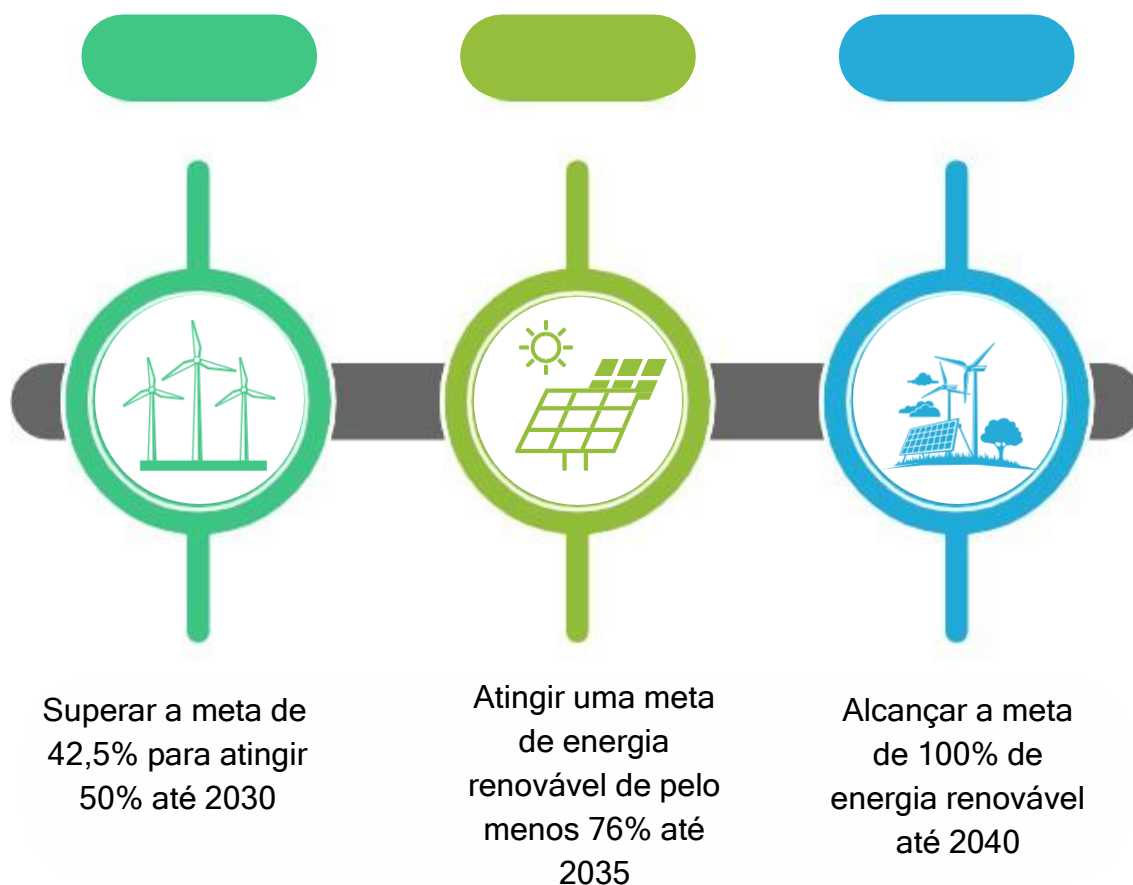
UM SISTEMA DE ENERGIA 100% RENOVÁVEL

À medida que o tempo avança em relação às alterações climáticas, a transição para um sistema energético baseado em energias renováveis já não é uma opção, mas sim um imperativo. Reconhecendo que são necessárias medidas substancialmente aceleradas para limitar o aumento da temperatura global a 1,5 °C, a transição energética da UE deve acelerar-se. Isto significa a eliminação gradual dos combustíveis fósseis, a par da eliminação gradual da energia nuclear, a redução significativa da procura de energia e materiais e o aumento substancial da quota de energias renováveis no consumo final de energia, para atingir os 100% até 2040. Uma implementação bem-sucedida das energias renováveis, com rapidez e qualidade, de forma sustentável, também reduzirá as faturas de energia, promoverá sinergias com a proteção e restauração da biodiversidade e maximizará a criação de valor local, incluindo empregos e benefícios mais amplos para as populações receptoras.

Acelerar a eletrificação baseada em energias renováveis

A UE realizou avanços significativos na transição para as energias renováveis, nomeadamente no plano legislativo, através da última revisão da Diretiva de Energias Renováveis (RED), em novembro de 2023, que eleva o nível de ambição para a meta vinculativa de 2030, de 32% para 42,5%, com o objetivo de atingir 45%. No entanto, esta meta ainda fica aquém do objetivo do Acordo de Paris de limitar o aumento da temperatura a 1,5 °C.

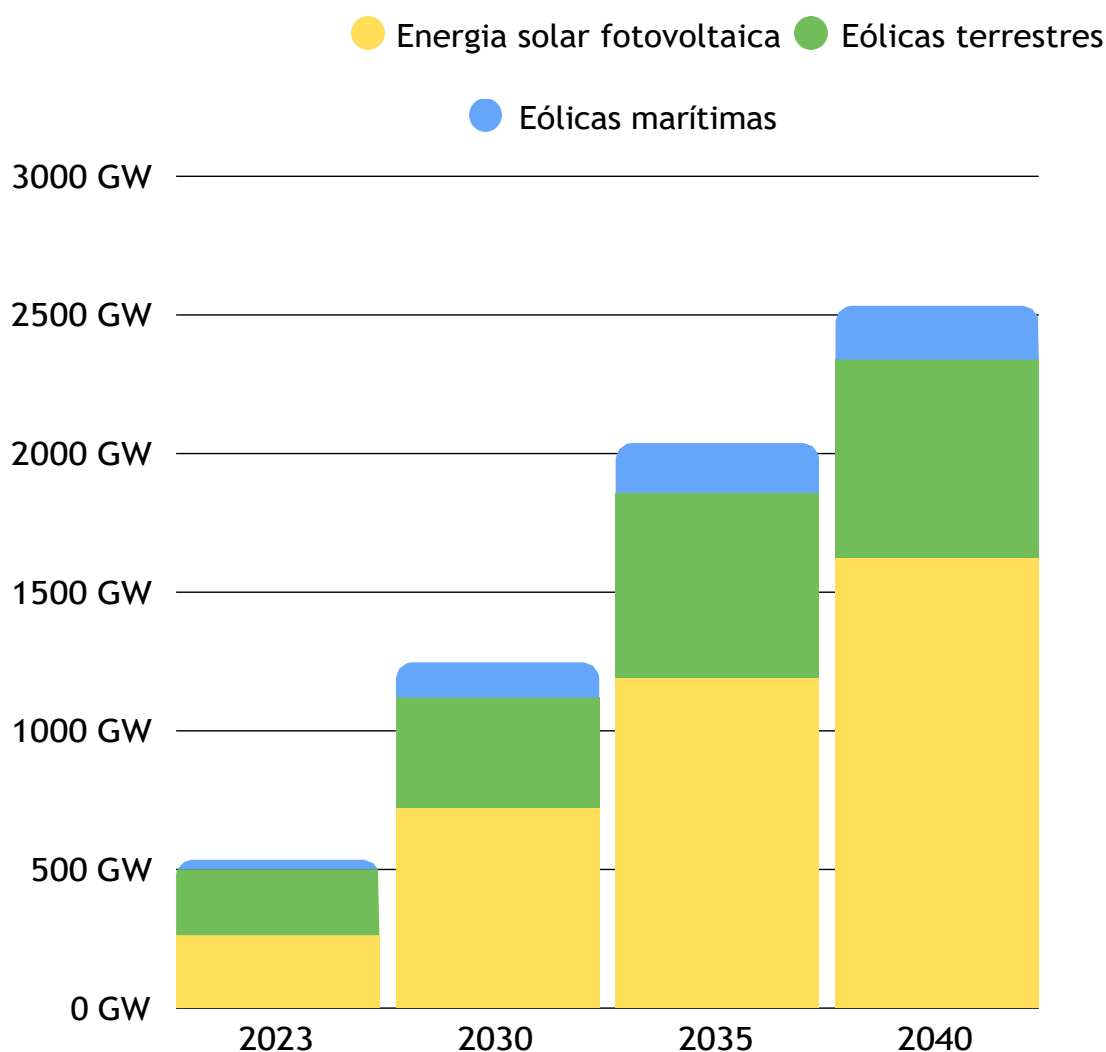
O caminho da energia renovável da UE para a neutralidade climática até 2040



A CAN Europe defende uma meta vinculativa da UE para a quota de energia proveniente de fontes renováveis no consumo final bruto de energia de 100% até 2040, em consonância com a neutralidade climática alcançada até 2040 e a garantia do fornecimento de energia, mantendo-se dentro do limite de temperatura de 1,5 °C e dos outros limites planetários. Baseado no cenário do PAC, isto significa uma trajetória linear de, pelo menos, 50% de quota de energias renováveis até 2030 e pelo menos 76% até 2035. Para além de uma meta vinculativa da UE para as energias renováveis, a CAN Europe também defende a reintrodução de metas nacionais vinculativas.

Para atingir essas metas, de acordo com o cenário do PAC, a UE deve, pelo menos, triplicar a sua implantação anual de energia solar e eólica, atingindo uma taxa anual de instalações renováveis variando de 102 a 118 GW por ano, visando mais de 1,25 terawatts de capacidade instalada até 2030 e 2,5 terawatts até 2040, desde que a procura de energia seja reduzida de acordo.

Capacidade instalada de energias renováveis (UE27)



Fonte: Cenário PAC 2.0

Dados: Análise CAN Europe - derivado do Pathways Explorer e PyPSA-Eur, seleção de limite superior

A UE deve assumir um compromisso sólido com o alinhamento intrínseco do seu quadro de política energética com a proteção da natureza e uma transição socialmente justa. A proteção e a recuperação da natureza devem tornar-se um pilar fundamental da estratégia da União da Energia - e a Lei da Recuperação da Natureza exige que os Estados-Membros garantam que os elementos-chave da implementação da RED em 2025 e 2026 estejam claramente alinhados com as oportunidades de recuperação da natureza.

O envolvimento dos cidadãos e a apropriação comunitária devem ser reforçados para desbloquear o vasto potencial dos agregados familiares europeus - seja individual ou coletivamente, por exemplo, através de comunidades energéticas. As entidades públicas e as pequenas empresas também podem tornar-se cidadãos da energia¹⁷ e contribuir ativamente para o futuro sistema energético. Cerca de 83% dos agregados familiares da UE poderiam tornar-se cidadãos da energia, produzindo e armazenando a sua própria energia e permitindo-lhes otimizar o seu consumo de energia através de ferramentas de flexibilidade do lado da procura¹⁸. O aproveitamento do potencial solar dos telhados, graças à implementação do mandato solar introduzido na EPBD e a outras medidas que permitam uma integração inteligente dos edifícios no sistema energético, pode apoiar esta rápida transformação.

Uma mudança necessária do sistema energético da UE para 100% de energia renovável até 2040

A eletrificação direta serve como um pilar fundamental de uma transição energética compatível com o Acordo de Paris, nomeadamente aumentando a eficiência global do sistema e conduzindo, conseqüentemente, a uma descarbonização mais rápida. Com base no cenário do PAC, a UE precisa de atingir uma taxa de eletrificação direta de 69% até 2040, com 43% até 2030. Quando a eletrificação direta não for viável, como em setores de difícil redução, devem ser utilizadas soluções de eletrificação indireta, nomeadamente tecnologias de células de combustível de hidrogénio para produzir Combustíveis Renováveis de Origem Não Biológica (em inglês “RFNBO”: *Renewable fuels of non-biological origin*). Recomendações políticas sobre como acertar na eletrificação, superar barreiras e evitar armadilhas podem ser encontradas no nosso [briefing sobre eletrificação](#).

A descarbonização do setor energético é fundamental para que a UE alcance a neutralidade climática, uma vez que sustenta o fornecimento de energia em todos os setores de procura e aumentará o seu papel no futuro. Alcançar um sistema de energia 100% renovável exige investimentos substanciais em capacidade de energia renovável, infraestrutura de rede aprimorada, gestão da procura e soluções de armazenamento de energia, juntamente com medidas ambiciosas de redução da procura de energia. Esses esforços permitirão níveis mais elevados de eletrificação, facilitando uma descarbonização mais ampla de setores de difícil redução, como transportes e indústria.

17. De acordo com o artigo 2.º (11) da Diretiva de 2019 sobre o Design do Mercado de Eletricidade (Diretiva (UE) 2019/944), um cidadão da energia, ou uma comunidade cidadã da energia, é uma entidade jurídica que, (a) se baseia na participação voluntária e aberta e é efetivamente controlada por membros ou acionistas que são pessoas singulares, autoridades locais, incluindo municípios, ou pequenas empresas, (b) tem como objetivo principal proporcionar benefícios ambientais, económicos ou sociais à comunidade aos seus membros ou acionistas ou às áreas locais onde opera, em vez

de gerar lucros financeiros; e (c) pode dedicar-se à geração, incluindo a partir de fontes renováveis, à distribuição, ao fornecimento, ao consumo, à agregação, ao armazenamento de energia, aos serviços de eficiência energética ou aos serviços de carregamento para veículos elétricos ou fornecer outros serviços energéticos aos seus membros ou acionistas.

18. Ver estudo de CE Delft (2016) “The potential of energy citizens in the European Union”

A implementação de leis essenciais da UE, como a Diretiva relativa à conceção do mercado da eletricidade (DME) e o Regulamento relativo às redes transeuropeias de energia (RTE-E), deve ser reforçada para permitir uma infraestrutura 100% renovável.

O papel das comunidades energéticas deve ser mais reconhecido e apoiado para promover soluções inovadoras de flexibilidade, como a resposta explícita e implícita à procura. Ao capacitar as famílias e as comunidades para participarem ativamente na transição energética, a UE pode alcançar um futuro energético mais inclusivo e sustentável¹⁹. A CAN Europe apela ao estabelecimento de metas específicas e mensuráveis para as comunidades energéticas, como parte integrante da meta vinculativa da UE em matéria de energias renováveis, garantindo que o seu papel seja plenamente concretizado na transição mais ampla para 100% de energias renováveis.

Fortalecimento dos critérios de sustentabilidade para a bioenergia

A bioenergia ainda representa [60%](#) do fornecimento de energia renovável da UE e uma parcela significativa das matérias-primas utilizadas é insustentável, agravando as crises climática e de biodiversidade num curto prazo crítico. Isto terá implicações claras para os captadores de carbono terrestres, a biodiversidade, a segurança alimentar e a poluição atmosférica, se a procura por biomassa continuar a aumentar. No futuro, a transição europeia para as energias renováveis deve priorizar tecnologias que proporcionem benefícios climáticos genuínos em comparação com os combustíveis fósseis, tenham impactos ambientais negativos mínimos e possam ser rapidamente expandidas, como a energia solar e eólica em áreas de baixa sensibilidade.

Os critérios de sustentabilidade para bioenergia na RED são inadequados e precisam de ser reforçados. As disposições adotadas em novembro de 2023 continuam a incentivar tipos de bioenergia que aumentam as emissões em comparação com os combustíveis fósseis - seja em geral ou em qualquer escala de tempo relevante para o clima. O uso de bioenergia só é aceitável quando i) a bioenergia proporciona economias líquidas significativas de curto prazo nas emissões de gases de efeito estufa em comparação com os combustíveis fósseis;

ii) os recursos limitados de biomassa sustentável são utilizados de forma otimizada na economia em geral e no setor energético; e iii) a queima de biomassa não leva a um aumento adicional da poluição atmosférica e da perda de biodiversidade. Apenas resíduos de decomposição rápida e resíduos sem outros usos devem ser incentivados. A UE deve começar por eliminar todos os subsídios e outros incentivos à queima de biomassa lenhosa primária e culturas dedicadas que envolvam o uso dedicado da terra.

19. Vários programas de pesquisa da UE, como o [DR-RISE](#), validam o papel da flexibilidade liderada pela comunidade, analisando medidas brandas (por exemplo, conscientização dentro das comunidades de energia) e intervenções estruturais (por exemplo, aquisição em massa de dispositivos inteligentes e sistemas de gestão de procura).

Totalmente alinhado com a proteção e restauração da natureza

As crises climática e da biodiversidade estão profundamente interligadas, cada uma exacerbando a outra. As mudanças climáticas aceleram a perda de biodiversidade, enquanto a deterioração dos ecossistemas enfraquece a nossa capacidade de combater o aquecimento global. Portanto, o combate a essas duas crises primordiais deve ser alinhado. Os esforços para enfrentá-las devem reforçar-se mutuamente.

A implantação de energias renováveis tem de coexistir com a conservação da natureza para garantir uma transição energética sustentável para todos. A expansão das energias renováveis deve depender de uma rápida aceleração da implantação de projetos de energias renováveis que respeite uma abordagem positiva para a natureza, com base nas obrigações de planeamento espacial estabelecidas na RED III. A rápida expansão das energias renováveis deve ser acompanhada por uma implementação igualmente rápida dos objetivos de proteção e restauração da biodiversidade da UE, compromissos em relação aos quais a UE e os seus Estados-Membros estão atrasados. A UE oferece terras adequadas suficientes para implantar energias renováveis de forma sustentável, já que apenas 2,2% da terra total da UE é necessária para projetos solares e eólicos atuais e futuros para atingir um sistema de energia 100% renovável até 2040²⁰. 5,2% das terras da UE são adequadas para projetos eólicos e solares terrestres (*onshore*), levando em consideração restrições agrícolas, ambientais, de biodiversidade e técnicas rigorosas. Portanto, é crucial evitar quaisquer projetos que afetem áreas protegidas ou outras áreas ambientalmente sensíveis. No mar, a expansão da energia eólica offshore deve ser integrada aos planos espaciais marítimos para garantir a coerência com os objetivos de biodiversidade e outras políticas setoriais.

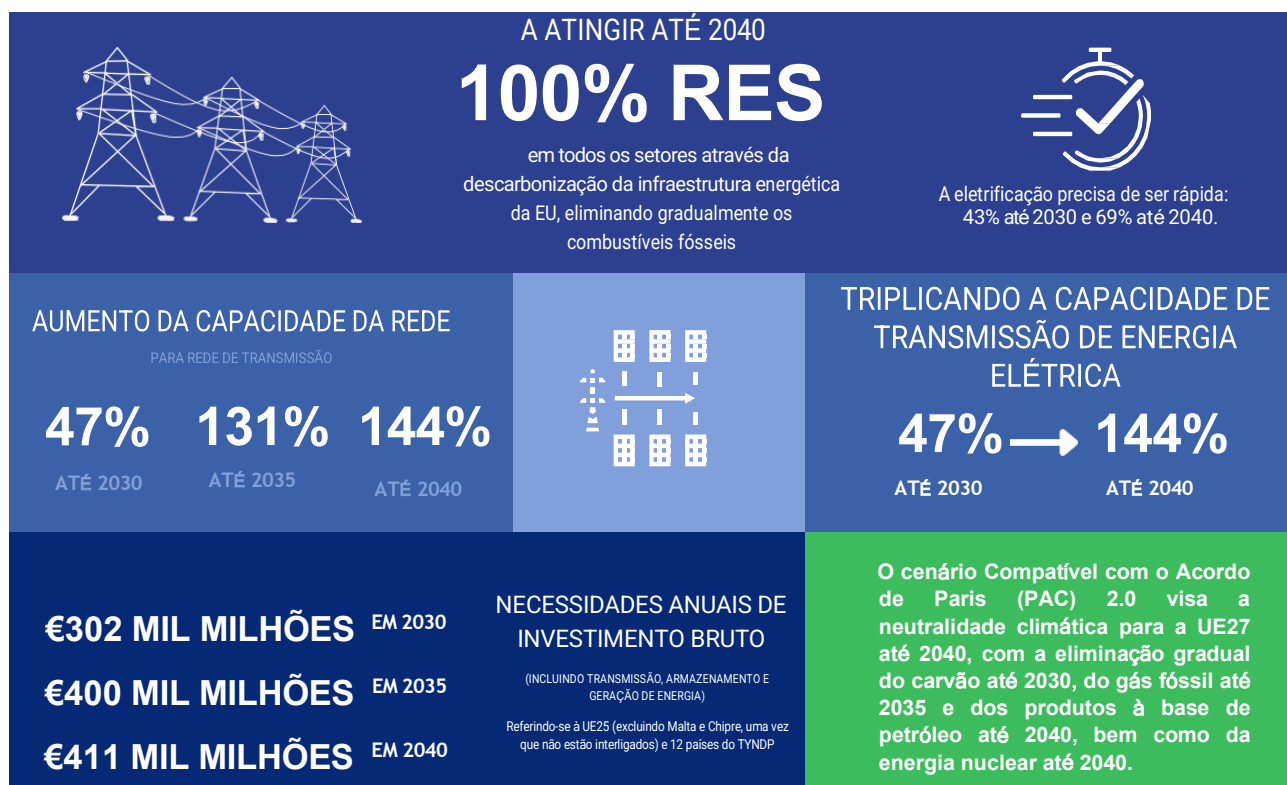
Além disso, garantir que a transição para um sistema de energia 100% renovável seja acompanhada pela resolução da crise da biodiversidade significa que não haverá novas centrais hidroelétricas na Europa, tendo em conta os seus impactos negativos nos ecossistemas de água doce já afetados, e que a contribuição esperada para a transição para as energias renováveis é limitada, como demonstra o cenário do PAC.

Desbloquear investimentos numa infraestrutura de energia compatível com o Acordo de Paris

Tanto as redes de distribuição, quanto as de transmissão são essenciais para uma transição energética bem-sucedida. Na ausência de infraestrutura modernizada e expandida (tanto modernizando as redes existentes, quanto aumentando a capacidade da rede), as energias renováveis enfrentam obstáculos (por exemplo, restrições ou congestionamentos para soluções de geração e gestão da procura distribuída). A utilização das capacidades de energias renováveis só pode ser maximizada quando a rede for adequada e permitir um sistema energético da UE o mais eficiente, flexível e integrado possível.

20. Ver o briefing do Gabinete Europeu do Ambiente (2024) "[Land for renewable - Briefing on spatial requirements for a sustainable energy transition in Europe](#)"

O [Plano do PAC da CAN Europe para redes elétricas](#) demonstra que o sistema energético do futuro será flexível e resiliente, com níveis de eletrificação direta de até 69% e um comércio transfronteiriço de eletricidade muito elevado, com um aumento da [capacidade de transmissão](#) para 70%. Para tal, é necessário triplicar a capacidade de transmissão de eletricidade entre 2030 e 2040, com base nos níveis atuais (+47% a +144%), necessitando de até € 42 mil milhões em investimentos anuais na UE-27. É crucial proteger os consumidores, em particular os mais vulneráveis, dos impactos desproporcionais destes investimentos.



Fonte: [100% RES-based electrification: The Electrification Action Plan Civil Society Wants to see](#)

A futura rede elétrica tem de garantir que a procura e a oferta estejam sempre em sintonia, por meio da digitalização, de estruturas regulatórias e não regulatórias sólidas para a flexibilidade residencial e industrial, e de um maior nível de interconexão. A futura rede elétrica deve ser modernizada e expandida de forma eficiente para ajudar a reduzir as crescentes pressões sobre a capacidade da rede, e a infraestrutura existente deve ser ainda mais otimizada para evitar perdas de eletricidade, custos adicionais e reduzir a pressão sobre a biodiversidade.

Um sistema energético resiliente, baseado em energias renováveis só será possível em conjugação com armazenamento e flexibilidade, o que deverá aumentar em importância após 2030. Isto implica armazenamento de curto prazo, referindo-se às necessidades diárias de armazenamento, como baterias, mas também armazenamento de longo prazo e armazenamento sazonal - que deverá aumentar a partir de 2035, incluindo tecnologias de armazenamento como térmica, ar comprimido, líquido comprimido, baterias de fluxo e hidrogénio, quando apropriado.

A transição energética só será possível se um forte apoio financeiro antecipado for sustentado e efetivamente alocado. No geral, a CAN Europe estima que as [necessidades anuais de investimento bruto em infraestrutura energética futura](#) (incluindo capacidades de energias renováveis, transmissão, flexibilidade, com armazenamentos) ascenderão a 302 mil milhões de euros em 2030, 400 mil milhões de euros em 2035 e 411 mil milhões de euros em 2040, proporcionando-nos, em contrapartida, um [retorno substancial do investimento](#), uma vez que os co-benefícios de um cenário compatível com o Acordo de Paris podem ascender a 1 bilião de euros já em 2030. Neste momento, o nível de financiamento mobilizado através dos fundos existentes é [insuficiente](#) para cobrir as necessidades de investimento para atingir as metas da UE para 2030, e muito menos as metas do PAC. Como tal, a UE precisa de elaborar um [plano de investimento](#) mais ambicioso, especialmente no contexto das [próximas negociações orçamentais de longo prazo da UE](#) para o período de 2028-34. A infraestrutura modernizada e expandida constitui a espinha dorsal do sistema de energia 100% renovável. A UE deve fornecer apoio financeiro para treinar e requalificar trabalhadores na construção e gestão de redes, para adotar melhores práticas em sinergias com a proteção e restauração da natureza, envolvimento precoce da comunidade e da sociedade civil, para melhorar a qualidade do feedback público e para influenciar a localização e o design.

Por que precisamos de uma meta vinculativa de energia renovável para 2040

1

A meta para 2040 garantirá a continuidade coletiva com a arquitetura política da UE para atingir o objetivo do Acordo de Paris, por meio de um sistema de energia 100% renovável. Também garantirá a coerência política de uma União da Energia robusta para proporcionar uma transição energética sustentável, positiva para a natureza, justa e acessível, baseada em tecnologias seguras, disponíveis e baratas.

2

Salvaguarda um quadro jurídico geral robusto para as energias renováveis, crucial para atingir a meta vinculativa de 2040, construindo a estratégia energética da EU, com base numa abordagem holística, positiva para a natureza e socialmente justa.

3

Proporciona segurança de mercado a longo prazo, atraindo investimentos que impulsionam a inovação e a resiliência económica. A expansão da implantação de energias renováveis resultará em benefícios económicos e sociais diretos, como a criação de empregos, e reduzirá a dependência de mercados voláteis de combustíveis fósseis, reduzindo, em última análise, os custos de energia para famílias e empresas, ao mesmo tempo que fortalece a competitividade da Europa.

4

Salvaguarda um quadro jurídico geral robusto para as energias renováveis, crucial para atingir a meta vinculativa de 2040, construindo a estratégia energética da UE com base numa abordagem holística, positiva para a natureza e socialmente justa.

5

Apoia e serve como um guia crucial que direciona o investimento para áreas críticas para a transição energética, como a expansão da infraestrutura da rede, a gestão da procura e o desenvolvimento de soluções de armazenamento de energia para melhorar a flexibilidade, a resiliência e a eficiência do sistema.

6

Com base no progresso alcançado por meio do RED II e do RED III, uma meta ambiciosa de RES para 2040 ajudará a promover ainda mais a participação dos cidadãos, permitindo que as comunidades e famílias de energia contribuam ativamente como cidadãos da energia, promovendo a propriedade e o empoderamento.

Contactos

Verena Bax, Coordenadora de Política de Economia de Energia na CAN Europe
verena.bax@caneurope.org

Flore Belin, Coordenadora de Política de Energias Renováveis na CAN Europe
flore.belin@caneurope.org

